Revista Práticas Pedagógicas Colaborativas:
Construindo Saberes e Compartilhando Experiências
Araquari/SC – Publicação Colaborativa de Professores e Pesquisadores
Edição nº 2 – Ano 2025 – ISSN (em processo de registro)

A IMPORTÂNCIA DA AUTODECLARAÇÃO NA CATEGORIA COR/RAÇA: UMA PERSPECTIVA PARA A EQUIDADE

Carine Maria Cabral Costa[1]

A categorização de cor/raça, frequentemente utilizada em censos e pesquisas oficiais, como a do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é um instrumento fundamental para a formulação e o monitoramento de políticas públicas que visam a equidade social. A forma como o indivíduo se autodeclara nessa categoria não é apenas um ato de identificação pessoal, mas um mecanismo crucial para a visibilidade e o reconhecimento das diversas populações que compõem a sociedade brasileira.

O folder informativo, que detalha as definições das categorias "Pardo", "Amarelo", "Branco", "Negro" e "Indígena", sublinha a natureza da autodeclaração. Por exemplo, a categoria Pardo refere-se àqueles que se declaram pardos e possuem miscigenação de raças com predomínio de traços negros. A categoria Negro abrange descendentes de africanos ou afrodescendentes. Já a categoria Indígena inclui aqueles que se declaram indígenas, vivendo tanto em aldeias quanto fora delas, inclusive em áreas quilombolas e em cidades.

A relevância de uma autodeclaração consciente e precisa reside na sua capacidade de gerar dados estatísticos fidedignos. Esses dados são a base para a identificação de desigualdades e vulnerabilidades específicas de cada grupo racial, permitindo que o Estado e as instituições de ensino, saúde e mercado de trabalho direcionem recursos e ações afirmativas de maneira mais eficaz.

Portanto, a compreensão e a correta utilização da categoria cor/raça, pautada na autodeclaração, são atos de cidadania que contribuem diretamente para a construção de uma sociedade mais justa e equânime. Ao se autodeclarar, o indivíduo não apenas afirma sua identidade, mas também fortalece a base de conhecimento necessária para o combate ao racismo estrutural e para a promoção da diversidade. Este é um passo essencial para que as políticas de inclusão atinjam seus objetivos de desenvolvimento integral para todos os cidadãos.

---

[1] Mestranda em Educação - UFPR. Especialização em Educação Digital - SENAC e em Psicopedagogia – Uniasselvi.

Revista Práticas Pedagógicas Colaborativas:
Construindo Saberes e Compartilhando Experiências
Araquari/SC – Publicação Colaborativa de Professores e Pesquisadores
Edição nº 2 – Ano 2025 – ISSN (em processo de registro)